

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 1 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-664-5 DOI 10.22533/at.ed.645192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade. No 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional. Por fim, no 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - GÊNERO E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 1	1
A DANÇA NA ESCOLA BILÍNGUE: INCLUSÃO DE SURDOS SOB O OLHAR DOCENTE NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY	
Sandra Maria da Silva Oliveira Suelene Regina Dônola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.6451927091	
CAPÍTULO 2	12
A DEFICIÊNCIA E HUMANIDADE: BREVE HISTÓRICO	
Anna Paola Xavier Chiaradia Lurdes Caron	
DOI 10.22533/at.ed.6451927092	
CAPÍTULO 3	22
AFETIVIDADE, INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Elson Klusvick da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6451927093	
CAPÍTULO 4	34
BRECHÓ CASA DO ESTUDANTE: EU FAÇO PARTE DESSE PROJETO!	
Gabriel Macedo de Oliveira Janine Coelho Ouriques Catia Puppe Camila Flores da Rosa Hiassanna Hoppe Buske Larissa Buligon Brondani Lúcia Cherobini Prevedello Patrícia Petterini Robert Hugo Schoeffel Tatiana Alves Vaz Valeska Madruga Cera Vanessa Miolo	
DOI 10.22533/at.ed.6451927094	
CAPÍTULO 5	40
BRINCADEIRA DE MENINA, BRINCADEIRA DE MENINO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA	
Mateus Leonardo Cassimiro Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.6451927095	
CAPÍTULO 6	48
DESAFIOS DO EDUCADOR DIANTE DA VIOLÊNCIA PERPETRADA NA ESCOLA POR MEIO DOS CANAIS VIRTUAIS	
Isaura Maria dos Santos Mario Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6451927096	

CAPÍTULO 7	57
EDUCAÇÃO E EXTRATIVISMO VEGETAL COM A ETNIA CHIQUITANA, FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Denildo da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6451927097	
CAPÍTULO 8	67
EDUCAÇÃO POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E O EMPODERAMENTO FEMININO	
Elisângela de Oliveira Fontoura	
Geraldo Augusto Locks	
João Eduardo Branco de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6451927098	
CAPÍTULO 9	78
GÊNERO E EDUCAÇÃO: ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS	
Luan Felipe Alves Couto	
Mareli Eliane Graupe	
DOI 10.22533/at.ed.6451927099	
CAPÍTULO 10	85
GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS A PARTIR DA ANÁLISE DO RELATÓRIO “JOGO ABERTO” EMITIDO EM 2017 PELA UNESCO	
Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz	
Francisco Eduardo Araújo de Castro da Paz	
Madison Rocha Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.64519270910	
CAPÍTULO 11	96
INVESTIGAÇÃO SOBRE A PRÁTICA DO <i>BULLYING</i> NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
José Cleferson Alves Ferreira da Silva	
João Paulo de Oliveira Nunes	
Marianny de Souza	
Ana Paula Batista de Almeida	
Mônica Fagundes dos Santos	
João Paulo Alves de Albuquerque	
Cícera Lopes dos Santos	
Maria Lusia de Moraes Belo Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.64519270911	
CAPÍTULO 12	106
O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Tânia Mara dos Santos Bassi	
Vilma Miranda de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.64519270912	
CAPÍTULO 13	117
PRÁTICAS MUSICAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Andréia Miranda de Moraes Nascimento	
Luana Paula Carvalho Silva	
Gabriela Regina Miguel Reis	
DOI 10.22533/at.ed.64519270913	

CAPÍTULO 14 125

PROMOÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PARQUE DE SALVADOR

[Andrea Oliveira D’Almeida](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270914

PARTE 2 - INTERDISCIPLINARIDADE

CAPÍTULO 15 136

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O QUE MERECEM SEUS SUJEITOS

[Claudenir Bunilha Caetano](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270915

CAPÍTULO 16 153

“ESCOLA SEM PARTIDO”: CRISE NA EDUCAÇÃO?

[Franciane Sousa Ladeira Aires](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270916

CAPÍTULO 17 165

HUMANISMOS FILOSÓFICOS EM INTERFACE COM O HUMANISMO CRISTÃO NUMA PROPOSTA EDUCACIONAL

[Francisco de Assis Carvalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270917

CAPÍTULO 18 177

JOVENS E FORMAÇÃO INTERNACIONAL: SEMANA ACADÊMICA DO BACHARELADO EM ONTOPSICOLOGIA DA FACULDADE ANTONIO MENEGHETTI NA ITÁLIA

[Patrícia Wazlawick](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270918

CAPÍTULO 19 196

MEDIANDO SIGNIFICAÇÕES E CONFIGURAÇÕES DE SENTIDOS

[Poliana Fernandes dos Santos](#)

[Bárbara Garcia Ferri](#)

[Claudia Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270919

CAPÍTULO 20 208

O APRENDIZADO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESIGN DE INTERIORES COMO TEMA DE PESQUISA

[Joseane Aparecida Ipolito](#)

[Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270920

CAPÍTULO 21 216

O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA FRENTE AOS NOVOS DESAFIOS DO CENÁRIO RURAL CONTEMPORÂNEO

[Ivone Barbosa Targa](#)

[Roberto Kanaane](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270921

CAPÍTULO 22	227
O ENSINO NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA DISCIPLINA GEOGRAFIA	
Jones Clay Custodio Borges	
Marcelo Rodrigues Mendonca	
DOI 10.22533/at.ed.64519270922	
CAPÍTULO 23	237
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR	
Thiago Ferreira de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.64519270923	
CAPÍTULO 24	247
O JOVEM E A SUA SEGUNDA VIDA BASEADA EM ESTEREÓTIPOS E O DIFERENCIAL DA PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA	
Ana Carolina Marzzari	
Eloisa Vieira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.64519270924	
CAPÍTULO 25	256
O PENSAMENTO ESPACIAL QUE ATRAVESSA A MATEMÁTICA E A CARTOGRAFIA: FAZER-SE PROFESSOR(A) ENTENDENDO O PENSAMENTO DAS CRIANÇAS	
Denise Wildner Theves	
Lenir dos Santos Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.64519270925	
CAPÍTULO 26	269
PLANTANDO DÁ, EM BUSCA DE UMA VIDA SAUDÁVEL	
Sandra Berro Maia	
Andréa Magale Berro Vernier	
Luciana Pinheiro Silveira Alfaro	
Alan Pedroso Leite	
Bárbara Gehrke Bairros	
DOI 10.22533/at.ed.64519270926	
CAPÍTULO 27	279
PRODUZINDO AVALIAÇÕES DE QUALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	
Talita Emídio Andrade Soares	
Denilson Junio Marques Soares	
DOI 10.22533/at.ed.64519270927	
CAPÍTULO 28	285
REFLETINDO A EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI	
Iracema Cristina Fernandes da Silva	
Terezinha Fernandes Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.64519270928	
SOBRE O ORGANIZADOR	295
ÍNDICE REMISSIVO	296

O APRENDIZADO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESIGN DE INTERIORES COMO TEMA DE PESQUISA

Joseane Aparecida Ipolito

Centro Paula Souza, Ribeirão Preto – SP

Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos

Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto – SP

RESUMO: Por meio deste artigo procuramos demonstrar como é vista a aprendizagem no curso técnico em Design de Interiores pela ótica dos alunos que o buscam, bem como o caminho traçado por eles ao concluírem os estudos na escola técnica. Este assunto foi tema da dissertação de mestrado defendida no ano de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado (PPGE/CUML) em Ribeirão Preto. Com o objetivo de conhecer o perfil do egresso do Ensino Técnico em Design de Interiores na cidade, realizamos uma série de questionários e entrevistas buscando entender as razões pelas quais muitos desses alunos não satisfeitos em apenas trabalhar na área, continuaram seus estudos no ensino superior, especialmente, em arquitetura e Urbanismo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Técnico, Egressos, Design de Interiores.

The Learning in the Technical Course of Middle Level in Interior Design as a research theme

ABSTRACT: Through this article we try to

demonstrate how learning is seen in the technical course in Interior Design from the perspective of the students who seek it, as well as the path traced by them when they finish their studies in the technical school. This subject was the subject of the master's dissertation defended in the year 2016 in the Graduate Program in Education - Master (PPGE / CUML) in Ribeirão Preto. With the objective of knowing the egress profile of Technical Education in Interior Design in the city, we conducted a series of questionnaires and interviews seeking to understand the reasons why many of these students not satisfied with just working in the area continued their studies in higher education, especially in architecture and urbanism.

KEYWORDS: Technical education, Graduates, Interior Design.

1 | INTRODUÇÃO

Na busca pela investigação dos caminhos traçados pelos egressos do curso técnico de nível médio em Design de Interiores na cidade de Ribeirão Preto, nos deparamos com uma massiva entrada desses egressos nas faculdades locais para cursarem Arquitetura e Urbanismo, no ensino superior. As questões que foram surgindo a partir desta observação nos levaram a desenvolver um projeto de

pesquisa sobre essa temática. Dessa forma surgiu, ao longo de dois anos, a minha Dissertação de Mestrado intitulada: O papel do ensino técnico na constituição do sujeito: a formação em Design de Interiores.

Em um certo momento, as observações que advinham cotidianamente tornaram-se indagações. A necessidade de outro ‘olhar’ se fez pertinente mediante a constatação de fatos isolados que contradiziam a ideia de que os alunos procuravam o ensino profissional para apenas ingressar no mercado de trabalho. Egressos que concluíam seus estudos ao invés de ingressarem rapidamente no mercado de trabalho alteravam seus destinos e dirigiam-se para os cursos de graduação. (IPOLITO, 2016, p. 14)

Com o objetivo de “conhecer o perfil do egresso do Ensino Técnico” resgatamos a história do ensino técnico no Brasil, embasando assim as considerações acerca da escolha dos sujeitos ao cursarem o técnico e posteriormente, ingressarem em no ensino superior. Por questões estruturais, aqui deixamos de reproduzir na íntegra a pesquisa histórica realizada sobre o ensino técnico no Brasil, sobre a qual introduziremos o tema, contextualizando a origem do ensino profissionalizante no Brasil e algumas considerações sobre seu legado histórico.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Vários foram os autores referenciados na pesquisa. A abordagem histórica se deu pelas considerações, estudos e pesquisas de autores como Aranha (2006), Saviani (2004, 2013), Cunha (2005a, 2005b), Zotti (2004), Manfredi (2002), Kuenzer (1997), assim como, as consultas aos livros publicados pelo Centro Paula Souza por meio do projeto: Historiografia, que se trata de:

Volumes publicados pelo “Centro Paula Souza [...] quando três escolas completaram o seu centenário: [...] Etec Carlos de Campos), [...] Etec Getúlio Vargas [...] Etec João Belarmino. [...]. O passo inicial foi dado em 1997 com a parceria entre o Centro Paula Souza, o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME-FEUSP) e a Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp). Por ter um nome extenso (Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais) ele foi extraoficialmente abreviado para Projeto Historiografia. Em 2008 a instituição Centro Paula Souza constituiu um grupo denominado: Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História de Educação Profissional tendo realizado três encontros nos anos de 2009, 2010 e 2011 para debates e exposições dos trabalhos, sendo que esses encontros acontecem até os dias atuais. O segundo encontro (no ano de 2010) teve seu conteúdo publicado em 2011 através de um livro denominado: Culturas, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional, organizado por Maria Lúcia Mendes de Carvalho (2011). O terceiro encontro resultou no livro: Patrimônio, Currículo e Processos Formativos: Memórias e História da Educação Profissional, também organizado por Carvalho (2013).” (IPOLITO, 2016, p. 19)

Cabe aqui, portanto, uma breve contextualização histórica. De acordo com Saviani (2004), podemos dividir o período histórico da escola pública em duas etapas:

[...] primeira: “os antecedentes” compreendendo três períodos – de 1549 a 1759, pedagogia jesuítica; de 1759 a 1827, reforma pombalina e de 1827 a 1890, organização da educação como responsabilidade do poder público – governo

imperial e das províncias. A segunda etapa refere-se à história da escola pública propriamente dita. (SAVIANI, 2004, p20, apud IPOLITO, 2016, p. 22)

Aranha (2006) nos coloca, que o trabalho manual no Brasil, ficou marcado como um trabalho realizado por escravos e homens livres e pobres. Segundo a autora, a aprendizagem de ofícios no Brasil no séc. XVII acontecia por meio de uma educação informal, realizada por padres jesuítas que praticando as suas especialidades, também ensinavam os indivíduos desprovidos de sorte, escravos e índios.

Com o passar do tempo, esta característica foi se tornando cada vez mais acentuada. Com a chegada da corte portuguesa em 1808, houve a necessidade de tornar o local o mais parecido possível com os costumes da corte. Dessa forma uma das medidas foi a implantação do ensino no Império. Porém, de acordo com Zotti (2004), o ensino no Brasil na fase pombalina caracterizou-se pela precariedade e pela falta de qualidade “[...] estender o ensino à maioria da população nunca interessou à aristocracia agrária, que via seu papel restrito à educação da elite.” (ZOTTI, 2004, p. 32).

Após a Proclamação da Independência em 1822, Cunha (2005a) salienta que a pretensão do Estado era desenvolver um ensino separado do secundário/ superior para formar artífices destinados a trabalhar nas fabricas, oficinas e arsenais.

Em 1892 iniciou-se a reforma geral da Instrução Pública paulista por meio da Lei n. 88 de 8 de setembro regulamentada pelo Decreto n. 144B de 30 de dezembro, e com ela neste final de século XIX, os grupos escolares disseminaram-se pelo estado de São Paulo, chegando [ao número de] 101 em 1910. (SAVIANI, 2013, p. 150).

Em Machado (2011) podemos observar que o governo começa a se preocupar com o ensino profissional, especialmente após a limitação do trabalho de menores nas fábricas em 1892. Manfredi (2002), aponta o surgimento em 1873 do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, quando nesse momento o ensino destinado aos pobres passava a exigir deles, aptidão. Dessa forma, o ensino profissionalizante ganha uma nova fisionomia, onde não se caracteriza mais como forma de compensação aos desafortunados, agora ele se apresenta como uma forma de capacitar os trabalhadores por meio de competências que melhorem a sua qualidade de trabalho.

Dentro do contexto educacional os movimentos operários marcaram forte influência:

Destacamos, dentro do contexto educacional, os movimentos operários: primeiro, conforme a égide das ideias socialistas (década de 1890), depois, anarquistas libertárias (décadas de 1900 e 1910) e, por fim, os comunistas (década de 1920). (SAVIANI, 2013, p. 181 *apud* IPOLITO, 2016, p.33)

Em 1906 Nilo Peçanha cria quatro Escolas Profissionais no Estado do Rio de Janeiro e, em 1909 por meio do Decreto n. 7.566 de 23 de setembro do mesmo ano as Escolas de Aprendizes, em dezenove estados no país, cuja manutenção das mesmas ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, “a quem

cabiam os assuntos relativos ao ensino profissional não superior” (CUNHA, 2005b, p. 63).

Saviani (2013) aponta que para Fernando de Azevedo “a ideia de uma política nacional de educação e cultura atingiu seu ponto culminante com a Constituição de 1937” (SAVIANI, 2013, p. 201), dessa forma a Escola Nova seria constituída por um conjunto de aspectos, dentre eles: “escola única, escola do trabalho e escola comunitária”.

Assim sintetizado, podemos traçar na linha do tempo o caminho pelo qual passou a educação no século XX. No âmbito político teve início com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, no governo de Getúlio Vargas. Em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é publicado sob a redação de Fernando de Azevedo e com assinaturas de vários educadores, dentre eles Anísio Teixeira. O manifesto levantava a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. (SAVIANI, 2013, p. 245). Em 1934, com a nova Constituição Federal, a educação passa a ser vista como direito de todos, mesmo que enfatizado pelo Manifesto que a dualidade entre o ensino geral e o profissional não deveria existir. (IPOLITO, 2016, p. 37).

No período de 1934 a 1945 o Brasil foi marcado pelas constantes reformas da educação secundária e universitária sob as lentes de Gustavo Capanema, onde o ensino médio ou secundário de 2º ciclo passou a ser considerado como curso regular em 1942. Kuenzer (1997) lembra que para “os órfãos e desvalidos da sorte’ desde 1909 já existiam as escolas de artes e ofícios”. (KUENZER, 1997, p. 12).

O Taylorismo/Fordismo, influenciou de forma silenciosa, a criação pelo Estado, de dois sistemas de ensino. Por meio do decreto-lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, (SANTOS, 2010 p. 42.43) e em 10 de janeiro de 1946 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC por meio do Decreto-Lei nº 8.621 e nº 8.622. (IPOLITO, 2016, p. 37). (SENAC SÃO PAULO, 2006, p. 9 apud IPOLITO, 2016, p. 39).

A Reforma Capanema anunciou também uma série de Leis Orgânicas, após essa promulgação, em 1942, as “escolas federais de aprendizes e artífices, criadas em 1909, foram transformadas em escolas industriais, e quase todas ofereciam cursos técnicos.” (CUNHA, 2000, p. 125 *apud* IPOLITO, 2016, p. 40).

Entre 1964 a 1985, o Brasil foi regido pelos militares, descreve Manfredi (2002), neste período surgiu o projeto de reforma do ensino fundamental e médio, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus – Lei n.5.692, pela qual foi institucionalizado a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário”, a perspectiva tecnicista fortaleceu o Sistema S, as instituições que fazem parte do Sistema S são: “Senai, Sesi, Senac, Sesc, Senar, Senat, Sest. O sistema S também abriga o Sebrae e o SESCOOP”. (MANFREDI, 2002, p. 179). Em 1969 é criado no Estado de São Paulo o Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo, que mais tarde veio a ser chamado de Centro Paula Souza. (CARVALHO, 2013).

Na década de 70 surgem as organizações capitalistas mundiais, exercendo

forte influência na educação. As forças produtivas capitalistas deram origem a um novo tipo de relação trabalhista, o Taylorismo-Fordismo foi substituído pelo Toyotismo como consequência das novas formas de revolução oriundas dos avanços tecnológicos, dessa forma surge um novo tipo de revolução industrial. Dessa forma, podemos dizer, que o ensino técnico foi (re)concebido sob a égide do capital humano. (IPOLITO, 2016, p. 35).

Em 1996 foi aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada em dezembro de 1996 sob nº 9.394 a Lei de Diretrizes e Bases.

Segundo Cunha (2000), os argumentos que o Ministro da Educação utilizou em março de 1996 perante o Presidente da República para aprovação do projeto de Lei n.1.603/96 foram de que “a educação profissional deveria ser uma alternativa à educação superior”. (CUNHA, 2000, p. 253 *apud* IPOLITO, 2016, p.43).

Assim, o ensino profissional ficou caracterizado como um ensino paralelo ao ensino regular, como forma de gerar mão de obra qualificada e, também, como opção alternativa para o ensino superior. A forte influência do Banco Mundial direcionou questões referentes ao ensino técnico como: organização, formato, e classe social dos que cursariam essas modalidades ou grau de ensino, mas principalmente, a formação que se daria a esses jovens, incluindo as limitações que poderiam ter em relação à continuidade de seus estudos, como a forçosa entrada no mercado de trabalho. Doze anos depois, em 2008, o texto da LDB sofreu algumas reformulações, dentre elas destacando-se o fato da educação técnica de nível médio encontrar-se inserida no capítulo dedicado a formação básica. (IPOLITO, 2016, p. 44)

Nossa proposta nesse artigo não é de nos estendermos na contextualização histórica, mas apenas mostrar a origem do ensino técnico no Brasil, afim de entendermos as raízes que se constituíram ao longo dos tempos, e caracterizaram o ensino técnico como um ensino destinado aos pobres e desvalidos da sorte.

Diferente de outros países, o ensino técnico no Brasil possui o caráter compensatório, uma forma de compensar a precariedade do ensino obtido ao longo da vida estudantil dos brasileiros de classe média e classe média baixa. Essa linha de pensamento mais comum compensatória e assistencialista é seguida pela linha de produção, ou seja, garantir a mão de obra necessária para o modelo econômico vigente. (IPOLITO, 2016, p.90)

3 | METODOLOGIA

Por meio de 5 questionários:

Questionário A – Pesquisa Egressos (18 questões, 64 respondentes); Questionário B – Egressos e o Mercado de Trabalho (16 questões, 13 respondentes); Questionário C – Designers atuantes no mercado de trabalho (8 questões, 14 respondentes), Questionário D – Objetivos em Relação ao curso Técnico (9 questões, 54 respondentes); Questionário E – Formandos: Objetivos em Relação ao curso Técnico (12 questões, 33 respondentes). (IPOLITO, 2016, p.51)

E entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro alunos egressos,

podemos ouvir e compreender os motivos pelos quais os alunos escolheram cursar um ensino técnico e somente depois ingressar no ensino superior. Destacamos por meio dos dados obtidos alguns pontos-chaves para melhor entendimento, assim, seis tópicos foram classificados, de acordo com as perguntas e suas respectivas respostas: “perfil; instituição e cursos; escolha do curso técnico; busca do curso superior; conhecimentos adquiridos e desempenho na graduação; mercado de trabalho.” (IPOLITO, 2016, p. 56)

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo com um caráter qualitativo, pudemos construir gráficos e quadros das respostas dos questionários e das entrevistas, estes dados se encontram no item “Análise de dados” da dissertação referida (IPOLITO, 2016, p. 57). De acordo com as análises realizadas, chegamos a algumas afirmativas.

Sobre o perfil dos alunos que buscam o ensino técnico, constatamos que mais da metade dos participantes da pesquisa pertenciam a faixa etária dos 16 aos 25 anos. Sobre as instituições e cursos, a maior parte dos respondentes (91% do questionário A e 55% do questionário B) estudaram na Instituição 1, a Etec da cidade de Ribeirão Preto.

Sobre a escolha do curso técnico, cujo propósito era conhecer a real intenção dos alunos que buscam esse curso de nível médio, constatamos em uma das questões do Questionário A, que os participantes egressos fizeram essa opção por dois fatores: conhecimento adquirido e mercado de trabalho. Por meio do questionário D, constatamos que os participantes escolheram o curso técnico como forma de preparo para a graduação, embora em algumas respostas apareça a intenção do ingresso rápido no mercado de trabalho, porém consideramos nesta classificação a intenção mais relevante. As respostas evidenciam a escolha do curso com o propósito de conhecer melhor as áreas, para a posterior escolha dos cursos superiores. Em contrapartida, os entrevistados confirmaram a intenção em conhecer melhor a área, porém o interesse em ingressar no mercado de trabalho permeava as respostas dos entrevistados.

Na busca pelo ensino superior, identificamos os fatores que levam um aluno com formação profissional técnica de nível médio a procurar o ensino superior, como se fosse uma educação continuada, para o exercício da sua profissão. Ficou claro em nossa pesquisa que o curso técnico foi de grande importância na decisão sobre qual curso escolher, e os que negaram a influência na escolha do curso superior é porque já almejavam o curso antes de ingressarem na escola técnica, servindo neste caso, o curso técnico, para fortalecê-los no decorrer do curso superior.

Em relação aos conhecimentos adquiridos e desempenho na graduação, as respostas também foram claras em relação ao aproveitamento dos estudos na universidade tanto dos questionários quanto, dos entrevistados. Sobre o mercado

de trabalho, todos confirmaram ser de extrema importância, embora não fosse esse o desejo principal que os motivou a buscar o curso técnico. A maioria respondeu ter ingressado no mercado de trabalho sem grandes dificuldades, o que os permitiu custear com isso, um curso superior.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final pudemos observar que, na prática, o que encontramos hoje, é a procura dos jovens por caminhos que possam conduzi-los ao ensino superior. Aqueles antigos “desvalidos da sorte”, hoje considerados como “classe média baixa”, no decorrer de seus estudos, na grande maioria em colégios públicos, não encontraram recursos suficientes que permitisse a sua entrada e permanência no ensino superior, sendo, portanto, levados a buscar caminhos alternativos. Encontraram no Ensino Técnico de Nível Médio uma forma de se chegar a universidade, pelo trabalho, mas fortalecidos no saber e com condições também, de garantir a sua permanência, alcançando a formação desejada e obtendo o grau de Bacharel.

Por se tratar de uma pesquisa, cujo foco foi o ensino de nível técnico no Brasil, não podemos excluir a questão do preconceito que ainda persiste em relação ao trabalho técnico. O sonho de uma graduação ainda permeia o desejo de formação de boa parte da população nacional. Percebemos que os jovens procuram o ensino profissional não só para atuarem como técnicos, mas para se prepararem para na continuidade, quando possível, buscarem o ingresso na universidade. Muitos precisam do emprego conquistado por meio do ensino técnico para custear o curso superior, sendo dessa forma, um emprego temporário que logo se transformará em estágio remunerado em um escritório profissional. (IPOLITO, 2016, p. 91)

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.). **Patrimônio, Currículo e Processos Formativos: memórias e história da educação profissional**. 1º ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S/A IMESP, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. 2º ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Flacso, 2005a.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2º ed. São Paulo, SP: UNESP, Brasília: Flacso, 2005b.

IPOLITO, Joseane Aparecida. **O papel do ensino técnico na constituição do sujeito: a formação em design de interiores**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda (CUML), Ribeirão Preto, SP, 2016.

KUENZER, Acacia. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. São Paulo:

Cortez, 1997. (Coleção: Questões da nossa época, 63 v.).

MACHADO, Maria Teresa Garbin. Os destinatários do ensino profissional: dos desvalidos da sorte aos trabalhadores urbanos das escolas técnicas profissionais. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.). **Cultura, Saberes e Práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. p. 107-126.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATIAS, Carlos Roberto; SICCA, Natalina A. Laguna . O processo de resistência à implantação do modelo de segmento comunitário numa unidade de ensino da rede federal de educação tecnológica. In: FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan;

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. Ed. Campinas: Autores Associados. 2013

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2004.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados. 2004.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 22, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33

Alimentação 13, 60, 108, 127, 130, 131, 143, 218, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 277

Anos iniciais 256, 257, 258, 259, 260, 261, 266, 267, 268

B

Bacharelado em ontopsicologia 177, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Brechó 34, 36, 37, 38

Brinquedos 40, 41, 42, 44

C

Chiquitano 57, 58, 60, 61, 64, 65, 66

Conhecimento tradicional 57

Criança 10, 20, 23, 29, 30, 31, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 56, 115, 119, 120, 127, 129, 147, 161, 206, 266, 267, 268, 269, 272

Crise 69, 70, 71, 134, 141, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 170, 174, 184, 201

Cultura da paz 97, 103

Curso técnico em agropecuária 216, 217, 221

Cyberbullying 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dança 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 120, 123, 130, 132

Desafios 4, 9, 20, 26, 27, 31, 37, 48, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 64, 76, 84, 85, 86, 87, 93, 94, 96, 98, 99, 141, 142, 149, 175, 216, 241, 261, 271

Design de interiores 208, 209, 214

Disciplina 1, 2, 5, 81, 118, 154, 167, 168, 187, 190, 227, 232, 233, 234, 235, 258, 262, 285, 288

Docência 113, 153, 160, 256, 261, 267

E

Economia solidária 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76

Educação do campo 76, 136, 137, 138, 139, 146, 150

Educação especial 2, 20, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 124

Educação inclusiva 1, 2, 3, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 106, 110, 115, 206

Educação musical 117, 121

Educação popular 67, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 138, 139

Educação profissional agrícola 216

Educador 5, 21, 27, 30, 31, 48, 53, 72, 88, 125, 126, 127, 129, 131, 144, 153, 154, 160, 166, 171, 172

Egressos 208, 209, 212, 213, 220, 222

Empreendedorismo 34, 36, 38, 75, 218, 219, 220, 226

Ensino 1, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 50, 51, 52, 53, 54, 61, 79, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 92, 96, 99, 101, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 157, 165, 166, 178, 180, 184, 192, 193, 194, 198, 202, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 258, 259, 260, 261, 262, 267, 268, 270, 284, 292

Ensino técnico 50, 54, 209, 212, 213, 214, 222

Escola 1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 62, 63, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 174, 176, 178, 198, 199, 201, 204, 208, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 222, 229, 230, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 257, 258, 260, 261, 264, 265, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 284, 289, 290, 291, 292, 293

Escola bilíngue 1, 2, 3

Escola sem partido 78, 79, 83, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 164

Estudos de gênero 78, 80

F

Feminismo 67

Formação 5, 9, 21, 26, 29, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 59, 71, 74, 79, 86, 87, 88, 93, 98, 99, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 126, 127, 129, 131, 133, 135, 136, 143, 146, 149, 150, 151, 162, 167, 168, 172, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 198, 206, 207, 209, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 239, 242, 252, 256, 257, 259, 261, 266, 267, 268, 282, 289, 292

Formação internacional 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193

G

Gênero 16, 25, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 62, 67, 68, 70, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 156, 157, 172, 198

Geografia 52, 98, 104, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 268

H

Histórico da deficiência 12, 13

Humanismo cristão 165, 172, 173, 175

Humanismos filosóficos 165, 166

I

Inclusão 1, 9, 11, 12, 13, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 74, 88, 89, 94, 105, 106, 111, 113, 114, 134, 142, 235, 243, 268, 277, 285, 290, 291

Inclusão escolar 22, 23, 27, 31, 32, 114

Infância 11, 40, 41, 44, 51, 115, 153, 202, 206, 256, 266, 267, 268

Internacionalização 177, 178, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 192

Intervenção educativa 97

J

Jovens 23, 27, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 52, 54, 57, 62, 63, 73, 88, 91, 102, 104, 110, 122, 123, 130, 131, 138, 160, 161, 162, 163, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 193, 195, 198, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 225, 242, 247, 248, 249, 250, 254

P

Pedagogia ontopsicológica 180, 247, 248, 252, 253, 254, 278

Pensamento crítico 126, 153, 154, 156, 162, 292

pensamento espacial 9, 256, 258, 260, 261, 264, 265, 266

Pessoas com deficiência 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 33, 107, 108, 117

Plano Educacional Individualizado (PEI) 106

Prática pedagógicas 55, 136

Professores 11, 23, 24, 27, 79, 81, 82, 86, 88, 90, 93, 94, 95, 96, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 129, 131, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 156, 157, 162, 163, 164, 168, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 206, 227, 229, 230, 231, 234, 235, 241, 242, 244, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266, 290, 292, 293

Projeto vencedor 247, 250, 251, 252

Protagonismo 34, 67, 74, 75, 194, 195, 256, 260, 269, 271, 274, 275, 278

Psicometria 279, 280, 284

R

Redes sociais 48, 50, 53, 55, 157, 242, 247, 248, 249, 251, 253, 254

Reformas 211, 227, 228, 230, 234

Relação ensino-aprendizagem 22, 31

Relatório “jogo aberto” 85, 86, 91

S

Sexualidades 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89, 90

Surdo 1, 7, 10

Sustentabilidade 184, 195, 198, 219, 225, 269, 270, 278

T

Tecnologia 24, 26, 48, 55, 71, 182, 219, 220, 225, 247, 253, 288, 291, 292

Teoria clássica dos testes 279, 280, 284

V

Violência 29, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 71, 79, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 104, 110, 163, 168, 174, 206, 242

Violência escolar 51, 92, 97, 104

Vivências 2, 37, 41, 132, 170, 181, 188, 198, 205, 242, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 269, 271

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-664-5

